

Aos (13) treze dias do mês de junho de 2024, reuniram-se na Sala de Treinamentos da SEMED, para a 5ª Reunião do Conselho Pleno, os seguintes Conselheiros: Adriano Martins Xavier, Ana Lucia Rodrigues, Angela Pereira Branco, Carla Cristina Agulham, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline Pereira de Araujo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Daniela Medeiros de Oliveira, Delma Regiane Cordeiro Furman, Dhebora Cristina da Silva, Evelyn Caroline Betim Araújo, Fátima Batistão Machado, Juliana Canassa, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Marcos Aurelio Precoma, Maria Helena Guedes Tetu, Maria Madalena de C. Hitner, Marillette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Francheto, Sônia Regina Correa Mafra e como convidados: Andrey Francisco Ramos e Sandro de Jesus Correia. Tendo como pauta: 1- Abertura da Sessão Plenária: 1.1- Verificação do quórum; 1.2- Justificativa de ausências; 1.3- Cartas de desligamentos; 1.4 – Indicação de novos membros; 1.5- Aprovação da ata; 2- Alteração de Calendário: 2.1- Escola Municipal Madre Paulina; 3- Câmara do Ensino Fundamental e Especial: 3.1- Projetos institucionais da Escola Especializada Madre Paulina; 4- Processos de crianças da Educação Infantil: 4.1- H.K.C. dos S. – CMEI Maria da Piedade Souza Cortês; 4.2- J.P.D. - Colégio Opção; 5- Denúncias: 5.1- CMEI; 5.2- Escola Privada; 6- Deliberação Nomenclatura dos Estabelecimentos da Educação Básica; 7- XXXIII – Encontro Nacional da UNCME em Itapetininga/SP de 20 á 23/08/24; 8- Correspondências.

A Presidente Ana Lucia inicia a reunião colocando que estava atendendo um pai, da Escola Pe. Pedro Fuss, referente à situação discutida na reunião anterior sobre a Educação Integral, em seguida informa que há 19 seguimentos presentes e quem justificou foram: Julio Cesar, suplente da Angela, Fátima Cardoso, dos pedagogos, Lorena do SINSEP, Stela do SINEPE, a Valdeliria da APAE, a Bárbara do CAE, e a Izala do Conselho Tutelar. “Peço mais uma vez que confirmem a presença, a gente precisa disso ou justifique a sua ausência, nós temos dois representantes: o Andrey que é do CAE e o Sandro que é do CMDCA, que vai substituir a Camila, o Andrey está entrando no lugar do Rodrigo, mas você vai responder pela titularidade porque a Bárbara está afastada por licença de gestação, então você vai ser o único representante do CAE, por enquanto, até ela poder retornar. Aí nós temos os desligamentos, cartas de desligamento, nós recebemos duas, do Anderson, eu até contei o Anderson para vir aqui, ele não veio e a Juliana, que se colocou, que está saindo também, foram as cartas que nós recebemos. Eu preciso deixar registrado também, que quem olhou lá no grupo teve uma colega que disse que iria sair do conselho, se ela não vier, ela não mandou nada para nós, mas se ela não vier hoje, ela está desligada por faltas, então ela não vai nem precisar mandar carta porque realmente ela não tem comparecido às reuniões e é sempre bom pensar que o conselho não é para resolver uma causa individual minha, é pensar que ela é coletiva, quem está aqui é por causas coletivas da educação, nunca um individual nosso e aí, então, quando se resolve pelo individual nosso e que não se consegue, a pessoa fica insatisfeita, né? E acha que o conselho tem que resolver o problema individual, nós não temos como resolver problemas individuais.” O Conselheiro Marcos pergunta: “Ana, quando desligado, não tem opção de retornar mais?” A Presidente Ana Lucia responde: “Só se o seguimento indicar novamente, tá? no caso do segmento, no exemplo dessa, como a Juliana é a mesma, é a Juliana que é titular e ela é suplente, as duas se desligaram, mas nós fizemos uma eleição em 2022 e tem duas pessoas como cadastro reserva, foi em dezembro de 2022. Até tem, pra colocar o... Diário Oficial que ficou em cadastro reserva, são duas professoras do ensino fundamental, que entram agora, caso, uma delas é a Louise Alves Schirmer, que ela já foi do conselho, era do Fundeb, do conselho do Fundeb, ela retorna. E a Jéssica Meirelli, que é da Escola Narciso Mendes, são duas professoras, se uma dela disser que não aceita, nós temos que fazer eleição, aí retornamos e precisamos fazer uma nova eleição

para o preenchimento das vagas, ok? Mas assim, pode ser que a colega ainda venha e ela tem o direito de permanecer se ela quiser.” A Conselheira Maristela pede a fala e diz: “Eu acho que a gente vai perdendo no dia-a-dia e como Conselho de Educação, a gente não pode perder a cordialidade, a gentileza, a gente teve um tempo aí para estudo, estamos fazendo até nas salas, sobre uma metáfora de peixinhos, que a gente faz adaptação do peixinho e estamos trabalhando isso no corpo docente dentro das escolas, que é o micro desse grande processo, ao qual envolve o Conselho Municipal de Educação, e aquela ocasião ali no nosso WhatsApp, eu acho que não era questão de ninguém se colocar ali, mas eu entendi um pouco o lado da colega e o lado nosso, enquanto Conselho também, ela teve as ausências dela, todo mundo sabe, e ela não entendeu como funcionava, ela achou que por ter algo que entrava em discussão que envolvia a escola com a qual ela trabalha, ela poderia buscar informações dentro da escola dela para ajudar na discussão, por ingenuidade, por falta também de procurar informação correta, ela colocou no grupo e ela recebeu aquela resposta que eu, particularmente, achei bem ríspida, sim, ela realmente tem as faltas dela, mas eu acho que nós, quanto educação, temos que ser mais cordiais, todo mundo tem que ser, a gentileza está faltando na sociedade, a gente sabe disso, a gente trabalha com a sociedade, mas como nós, como profissionais de educação, não somos gentis, muitas vezes, nem cordiais, fica difícil para a gente exigir isso do outro, fica até meio hipócrita da nossa parte, então ali eu até entendi a colega ali que ela, ela tava com uma, foi assim meio que ingênua em colocar ali, vou procurar, saber e tal, tal.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Mas ela falou isso para você?” A Conselheira Maristela responde: “Não, não, ela nem falou sobre isso.” A Presidente Ana Lucia coloca: “É porque ela já tinha conversado comigo sobre isso, eu já tinha explicado isso pra ela.” A Conselheira Maristela diz: “É, não, pode ser Ana, mas é só para não acontecer novamente, e ali no grupo a gente vê uma cena daquela, que é só uma questão assim, foi falta dela, de entender a situação, mas eu coloco eu também, quando eu entrei no grupo, muitas informações eu não sabia, até fui querer dar uma opinião, um dia daí eu tinha um colega que falou, não Maristela, não é assim, não, Maristela não é assim, falta, às vezes, nós, no dia a dia, procurar informações, mas quando isso acontecer, que a gente acolha como a gente fala para os nossos profissionais de educação, não é só acolher crianças, aqui a gente também quer ser acolhido, os profissionais de educação estão precisando mais do que nunca do acolhimento diante das situações que a gente vem enfrentando no dia a dia, acolha de uma forma mais humanizada, sabe? Então ali eu acho que...” A Presidente Ana Lucia diz: “Eu acho assim, que ali você fez o julgamento só pela leitura, você não sabe o histórico, ela já tinha conversado comigo, eu já tinha explicado e aí a pessoa queria teimar achando que ela tinha que trazer para o coletivo e não tinha que passar por esse processo, eu já havia feito essa colocação para ela e assim, quando a pessoa coloca em dúvida, em xeque a tua palavra, ela também estava me desrespeitando, porque eu já tinha feito toda essa orientação e pelo número de faltas também, que a gente sempre fala que é importante, e eu coloco isso sempre no grupo, e ela tá estourando o número tem faltas, e praticamente nem justifica, a gente solicita, a gente fala, a gente conversa, é importante, porque aí pra acontecer... Eu expliquei como é todo o caminho e o processo, mas a aceitação não foi, na verdade, ela tá com problemas aonde ela está, mas é dela, pessoal. Entendeu? É dela, não é do grupo, é dela.” A Conselheira Maristela diz: “Então, ali, realmente o erro só foi expor, em colocar, porque você falta, você não sabia disso, né? Então, talvez assim, a frase só, né? Como eu já conversei contigo, porque pra nós, pelo menos pra mim, enquanto grupo, não procurei ela, pareceu assim, porque agir dessa forma, né? Nós somos um conselho de educação, né? Então, assim, a gente está em sintonia com o qual a gente está defendendo, que é uma sociedade com mais cordialidade e com mínimo ali.” A Presidente Ana Lucia diz: “A gente precisa pensar que às vezes uma ação vai de uma reação, entendeu? E aí tem todo um histórico para acontecer isso, mas tudo bem, eu

concordo com você. Aí a próxima pauta, a aprovação da ata, ninguém se manifestou, quem se manifestou colocou que estava de acordo, alguém contrário?” Ninguém se manifestou, a Presidente Ana Lucia passa para a próxima pauta e diz: “Nós recebemos com data do dia 27 de maio, o ofício da SEMED, *“vimos por meio deste solicitar a análise e parecer deste conselho sobre a alteração da data do conselho de classe, do dia 28 do 6 para o dia 26 do 6, nas escolas especializadas Madre Paulina e Ilza de Sousa Santos, Justifica-se o pedido de alteração devido ao fato de que três profissionais da Escola Madre Paulina farão formação para os motoristas e monitores de transporte escolar especializado, para que essa formação fosse possível, seria necessário que não houvesse atendimento para as crianças e estudantes devido aos horários das rotas, a data de 26 de junho é dia de estudo de caso dos centros de AEE e ocorre sem estudantes, por isso, optou-se por concentrar nessa data para que não houvesse prejuízo no atendimento das crianças e estudantes. Diante do exposto, acima colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.”* A Conselheira Clície faz a colocação: “Nós temos dois calendários diferenciados, um da escola especializada e o outro que são dos centros de AEE, e como foi uma solicitação da equipe do transporte escolar, que a gente pudesse fazer a formação para os novos motoristas e monitores, a gente achou uma data onde eles pudessem não ter a responsabilidade de horário em levar e buscar as crianças e estudantes, por isso que, conversando com o José, a gente achou que seria melhor concentrar todos numa data só, aí os motoristas não estão com aquela preocupação de sair mais cedo ou chegar já atrasado para transportar as crianças e os estudantes.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Alguém contrário essa alteração?” Ninguém se coloca contrário. A Presidente Ana Lucia declara: “alteração aprovada.” O próximo ponto da pauta é a Câmara do Ensino Fundamental e Especial. A Presidente Ana Lucia diz: “O projeto educacional que foi apresentado da Madre Paulina, ele foi encaminhado no dia 5 de março, mas nós estamos encaminhando, devido a pauta dos encaminhamentos, nós estamos encaminhando então, até a Clície está fazendo uma avaliação lá, né, depois de todo esse problema, uma avaliação entre o grupo para poder, enquanto nós encaminhamos para estudos para a Câmara de ensino fundamental e especial.” A Conselheira Clície diz: “Eu entrei em contato com a diretora hoje, então de manhã, e pedi que ela reunisse o Conselho Escolar para fazer a avaliação dos projetos institucionais e daí encaminhar a opinião do colegiado para a Câmara para a gente poder estudar.” A Presidente Ana Lucia diz: “É, porque a única solicitação que chegou era da própria conselheira, se pedia alteração, até que não concordava com o projeto que ela estava trabalhando. Então, está sendo encaminhado, vamos conversar com a Fátima, para ver se dá para iniciar, já logo na próxima semana, os estudos da Câmara de Ensino Fundamental e Especial. A Fátima, hoje, justificou a ausência, porque ela tinha médico. No item 4, nós temos os processos de crianças da educação infantil, três crianças, ontem nós tivemos uma reunião com a Câmara da Educação Infantil até para conversar sobre essas questões, nós temos três crianças, a primeira foi uma solicitação que chegou, que é da Rede Única, que é do Dom Bosco, a unidade do Dom Bosco, ela o verificou dizendo que a criança deveria estar no infantil 4, porém, o responsável apresentou lá uma solicitando que, devido ao desenvolvimento da aluna, ela deveria estar no infantil 3, ela estava em um CMEI nosso, foi solicitado o parecer, e pelo nosso CMEI ela estava matriculada no Pré-1, ela é uma criança do Pré-1, na obrigatória, nós vamos responder... Nós vamos responder a essa unidade, então, que essa criança é do Pré-1, é do obrigatório e deve permanecer no Pré-1. Quando se trata do obrigatório e não tem a justificativa, até porque veio parecer, a gente analisou ontem enquanto Câmara, não sei se a Marilza quer colocar algo sobre essa criança?” A Presidente Marilza responde: “Não, não, é isso mesmo?” A Presidente Ana Lucia continua: “É isso mesmo, ela deve permanecer no Pré-1, não tem uma justificativa plausível e a mãe ainda queria colocar no infantil 3, tá? Mas pela data, ela é do Pré-1 e é etapa obrigatória, então, ela deve permanecer

dessa forma, até porque o único laudo que veio foi de uma fono, né? E esse trabalho, ela pode dar continuidade, se a criança apresentar, o próprio departamento, tanto do especial quanto do infantil, não colocou nenhuma objeção para que a criança permaneça no Pré 1, na verdade, elas estavam colocando o Infantil 4 e nós ainda demos e colocamos que não tinha objeção plausível para isso, uma justificativa plausível, colocamos dessa forma e aí vamos ver a data e o parecer que vem, que é uma criança do pré-1, ok?” A Conselheira Maristela diz: “Ana, desculpa, mas é que você estava fazendo a leitura aí e eu estava fazendo a leitura aqui, então eu estava achando que estava errado, o que a mãe estava solicitando, a família? Essa criança hoje está no particular? A Presidente Ana Lucia responde: “A mãe está tirando do CMEI e querendo passar para o particular no infantil III, no CMEI ela estava no pré-I.” A Conselheira Maristela pergunta: “E esse particular do infantil? Como que funciona?” A Presidente Ana Lucia responde: “Colocou que essa criança seria a idade para o infantil IV e não, ela é do pré-1 mesmo.” A Conselheira Maristela pergunta: “E esse CMEI funciona com o infantil 4, depois que começa o pré-1, cresce?” A Presidente Ana Lucia responde: “No nosso CMEI é o infantil 4, é o infantil 1, 2, 3, 4, pré-1 e pré-2.” A Conselheira Maristela pergunta: “Lá nessa escola particular é igual?” A Presidente Ana Lucia responde: “Eles têm que seguir praticamente o mesmo sistema, só as grandes redes podem ter outra nomenclatura, como é a Rede Dom Bosco, né, para eles pode ser o infantil 4, mas o que a mãe tá solicitando aí o infantil 3, e a gente foi fazer a verificação, ela é do Pré-1, mesmo, então, essa criança, a Heloisa, ela permanece no pré-1.” Passando para o próximo caso a Presidente Ana Lucia diz: “Também recebemos o caso de uma criança, também da escola privada, a família solicitando, nós fizemos análise solicitando que a criança que está no pré-1 também desça para o infantil 4, pelas colocações e os pareceres, tanto do infantil quanto do especial, essa deveria estar matriculado no pré-1 e está matriculado na turma do infantil 4, nós conversamos enquanto conselho e também na Câmara do Ensino da Educação Infantil, essa criança ela deveria estar lá no Pré-1, no parecer da Educação Infantil, foi colocado para nós, solicitou que a partir do segundo semestre essa criança vá para o Pré-1, nós vamos conversar tanto com a unidade, para que ela converse com a família, e nós vamos fazer essa orientação, porque para nós é o que está valendo ainda a questão da nossa legislação e eles vão ter esse tempo agora em junho pra fazer essa adequação, isso já aconteceu para nós, de uma criança estar antecipada ou estar digamos aí, no caso dela, ela deveria estar no Pré-1 e está no infantil 4, a gente sabe de toda a preocupação que vai vir, a família dizendo que não, que ela já gastou com material, o que nós sempre fizemos, a Delma não tá aqui, tá aqui, o que nós sempre fizemos, enquanto a Divisão de Estrutura e enquanto Conselho é orientar para colocar no correto, se tiver custos é a escola que paga, não é a família, mas caso a mãe ainda tenha todo o argumento, se tiver laudos, a gente pensou, Marilza e Carla, de fazer essa verificação ainda dessa criança lá na escola antes de fechar, e aí ela retorna, então, para a Câmara, antes de dar toda essa orientação para a família, ainda verificar que aí nós faremos uma comissão, educação Especial, Educação Infantil, a Divisão de Estrutura, e aí as representações podem ser do conselho também, as pessoas que estão no conselho, para que faça essa verificação de como essa criança está lá, e que tipo de trabalho, como foi colocado, educação especial, está sendo feito com essa criança, porque veio a solicitação, mas nós não temos os dados completos.” A Conselheira Carla diz: “Eu acho importante dividir entre os conselheiros que ontem na Câmara, e aí quando nós temos esse momento de Câmara a gente degusta mais, a gente se aprofunda mais em cada caso, esse caso em especial, quando você começa a verificar e foi pedido também um relatório, né? Já foi pedido novamente um outro relatório, esse relatório que foi pedido, que a escola enviou, ela explica, inclusive, que essa não é a primeira vez e que lá atrás eles já seguraram essa criança dois anos no infantil 2, e aí vem toda essa preocupação, né? Por conta da dificuldade de fala, quando a criança vem com um diagnóstico, o fato dela não falar não quer

dizer que ela não saiba falar, porque muitas vezes a gente escuta das famílias, que na escola ela não fala, mas em casa ela fala, ou, às vezes, na escola ela não fala, mas em casa ela conta tudo o que aconteceu ou ela repete tudo o que aconteceu com ela na escola, essa é a preocupação, o primeiro item que nos incomoda e que realmente é de pensar que o fato de não falar quer dizer que, porque não fala, não tenha que estar com os seus pares na idade correta, o mais agravante é que isso já foi feito, ou seja, quando a criança ficou no infantil 2 pela segunda vez, ela ficou com crianças mais novas, crianças que não teriam normalidade adequada àquela idade séria dessa criança e agora novamente houve a situação de segurar, e aí a Delma, que está aqui, já fizeram um trabalho, a secretaria já fez um trabalho, já foi feito uma ata e reincidiu, então, provocados ontem por essa situação delicada, em que a criança não tem culpa, mas o adulto já recebeu a orientação e aí preocupados também de como que isso se dá enquanto família, colocamos inclusive que a escola arque com o que for necessário para a ambientação dessa criança, para a questão de material, atendimento psicológico que for necessário, porque se formos pensar segurar essa criança dois anos na educação infantil, vamos prolongar, vamos projetar, seria uma criança com nove anos em sala de criança dos sete, amadurecendo também há que se pensar, e nós conversamos dessa importância de ter mesmo uma comissão, uma seleção de critérios muito sérios, enquanto o conselho o que nos preocupou também é de que já foi feita uma orientação com a escola, já existe um registro e a situação aconteceu novamente.” A Conselheira Clície diz: “Quando esse documento chegou lá no departamento, não tinha realmente nenhum parecer da escola, mas eu fui ler os apontamentos dos terapeutas, do médico que sugeriu, além de TEA essa criança é síndrômica, ela tem uma síndrome e essa síndrome causa deficiência intelectual, ou seja, independente se ela ficar um ano, dois anos ou três anos, ela terá as comorbidades da deficiência intelectual, que também ocasionará déficits, mas o que foi citado nos relatórios dos terapeutas são mais questões comportamentais do que questões cognitivas e também lá diz num parecer de um terapeuta que a escola não proporcionou para a criança as adaptações necessárias então, a partir dessa ideia, eu tive a conclusão de que não adianta a criança permanecer mais um ano se a escola não fizer as adaptações necessárias, nós temos o parecer de que seja respeitada a idade de corte dessa criança e que a gente possa pensar no futuro em uma avaliação psicopedagógica que dê a ela outros indicativos de adaptações e outras necessidades educacionais que ela necessite naquele momento, segurar uma criança ou deixar a criança um ano a mais, como a Carla falou, já são dois anos em que ela estará com crianças dois anos abaixo dela, muitas vezes a gente tem que pensar nos modelos que essa criança terá para se desenvolver, por isso que o nosso parecer foi que ela desce à adequação da idade/ano escolar.” A Conselheira Carla diz: “E no documento nós colocamos, inclusive, que adeque-se, mas a partir do primeiro dia do segundo semestre, que a escola já vá trabalhando uma transição saudável, que garanta todos os direitos dessa criança de ser adequada num processo de transição responsável, muito sério.” A Presidente Ana Lucia diz: “Então, ele retorna para que a gente possa fazer essa verificação lá na unidade e aí fazer a comissão de alguém, do conselho de educação especial, infantil e outro, até mesmo da nossa câmara, que possa fazer essa verificação lá na unidade em relação à criança.” A Conselheira Leila pergunta: “É qual Unidade?” A Presidente Ana Lucia responde: “Opção.” Dando sequência a pauta a Presidente Ana Lucia diz: “A próxima criança que chegou é do Maria da Piedade, é uma criança que está com problemas respiratórios, teve pneumonia, esteve internada, a princípio a mãe veio, o pai veio solicitar que ele ficasse apenas pela manhã, é uma criança do infantil 2, ficasse pela manhã e não frequentasse o período da tarde, mas nós já tínhamos feito uma conversa com as Diretoras do infantil, que orientasse as famílias, que no caso daqueles, nós não temos o 0 a 3 meio período, a Prefeitura oferta somente o integral e que caso a família continuasse insistindo no meio período, ele vai perder a vaga do integral, que daí ele está

dizendo que não precisa, e entra para lista de espera no próximo ano, aí nós conversamos, no caso, como é uma situação de saúde, na questão de respiração, na questão da pneumonia, a criança já esteve internada, a orientação é como a gente já atendeu o caso de um período mais crítico no inverno, essa criança ficar somente meio período, até porque o meio período não é para ficar no CMEI a tarde é para criança ficar no CMEI de manhã, que é o horário mais frio, e não à tarde, o pai argumenta que de manhã a mãe trabalha e a tarde... a criança esteve internada, a gente já pediu os atestados, depois que foi feita a conversa novamente, encaminhar os registros de ata, foi feita a conversa com a mãe, então ela colocou 60 dias, mas nós estamos aguardando os atestados, tanto da internação, quanto o atestado do médico, porque o médico que encaminhou colocando que a criança tem que ficar somente meio período, mas se a gente for ler o atestado médico, diz assim, atesto a pedido dos pais, a pedido dos pais, que o menor, então, em uso contínuo de medicações respiratórias, necessita permanecer apenas meio período escolar. Mas ele foi claro, a pedido dos pais, não foi ele que estava colocando, essa colocação eu fiz com a reunião das meninas Diretoras de Educação Infantil, no momento que você coloca para os pais que eles vão perder a vaga do integral para ficar só meio período, porque ele está dizendo que não precisa do integral, então, praticamente, ele perde a vaga do integral e ele vai para a lista de espera para o próximo ano, a gente não vai tirar a criança do CMEI esse ano, mas ele vai para a lista de espera porque está dizendo lá que não precisa do integral e a gente tem uma demanda grande na lista de espera de famílias que necessitam urgente dessa matrícula. Ok? Então, alguém contrário que seja por esse período de 60 dias?" Ninguém se manifestou contra. A Presidente Ana Lucia diz: "Eles vão fazer esse encaminhamento do atestado também, caso não comprove o atestado, não tem como, mas eu acredito que venha porque ele ficou internado, a pedagoga diz que ele ficou internado mesmo por problemas de saúde, respiratório, pulmonar." A Conselheira Maristela pergunta: "Então aqui a gente aprovaria que no período do inverno ele ficasse..." A Presidente Ana Lucia responde: "60 dias que está sendo pedido, desde o começo, desde a data que ela pediu, contado os 60 dias, que é a parte do inverno mais difícil, digamos assim." A Conselheira Maristela coloca: "Então durante esse período irá ficar apenas meio período na escola." A Presidente Ana Lucia diz: "Durante esses 60 dias, enquanto está fazendo esse tratamento, saúde, a questão pulmonar, por causa do frio, mas o frio para mim está saindo muito cedo, ou podemos ainda aguardar, se vocês acharem melhor, receber todos os atestados ainda, mas a pedagoga disse que ele ficou internado mesmo." A Conselheira Maristela diz: "Medo de criar uma jurisprudência ali, porque a gente tem alguns casos respiratórios até no fundamental, que a criança não tá indo por questões de respiratórias, e agora tá chegando o inverno, e assim, tem vezes que é atestado, outras vezes não é atestado, mas estava com as questões respiratórias agravantes, por isso não foi, eu entendo que o médico tá dando o atestado desses 60 dias para essa criança." A Presidente Ana Lucia diz: "Não, ele só colocou o meio período e a pedido dos pais, aí quando nós colocamos que eles poderiam perder a vaga no integral eles solicitaram só 60 dias." A Conselheira Maristela coloca: "No caso respiratório, ele vai para a escola no meio do período, o outro período ele vai estar em casa, é um ambiente, e na escola também tem um ambiente com os cuidados ali, para a criança não ficar exposta se está muito frio..." A Presidente Ana Lucia diz: "Uma coisa que não dá para fazer, Maristela, a comparação da criança do Infantil com o Fundamental, porque a criança de 2, 3 anos, ela não tem todas as imunidades ainda, ela vai pegar muitas comorbidades, ainda muitos problemas ainda em relação à doença e isso vai aparecer, ele tem bronquite e um caso de pneumonia, está comprovado, a pedagoga vai pegar os atestados para internar, realmente ele ficou internado, então tem todas essas questões, é claro que o ideal para ele era fazer o contrário, a gente não sabe a situação familiar, porque que não consegue ficar a tarde, a mãe trabalhando à tarde e a criança para poder ficar

com a criança de manhã, a situação que eles têm é essa hoje, mas, sim, tem o atestado médico e o médico coloca que ele tem, sim, problemas respiratórios.” A Conselheira Leila coloca: “Estamos tendo a mesma situação lá na escola, tivemos quatro bebês internados no mês passado, com o mesmo caso de bronquiolite, pedimos para conversar com o pediatra de um deles, que a mãe trabalha no hospital, Então, assim, o que o pediatra passou pra nós? A bronquiolite, ela nada mais é que um vírus, esses internamentos estão acontecendo e os hospitais estão lotados dessa situação da bronquiolite, porque aí a criança vai e fica lá os dias necessários internada, aí ela volta, ela entra em contato com o vírus novamente, aí pega de novo, a gente tem um bebê que ficou duas vezes já internado e nas outras escolas também está havendo muitos casos, que não aconteceu no ano passado, ano passado eram outros sintomas, nesse período agora, tá bem recorrente, tá tendo bastantes casos e a questão maior é a questão do vírus, então assim, ela vai, se ela voltar e uma outra criança ainda tiver com o sintoma, vai pegar de volta, é algo que vai ficar acontecendo até, acredito, até realmente passar e eu acredito que abrirá para outras famílias também, porque ali são os mesmos casos e ali os meus são do Infantil 1, são bebezinhos mesmo, 6, 7 meses que estão ficando internados, no Infantil 2 ainda não teve nenhum caso.” A Conselheira Clície pergunta: “A criança foi internada no ano passado, né? ali ó, nesse período, no ano de 2023...” A Presidente Ana Lucia diz: “Não, mas a pedagoga disse que ela ficou esse ano, por isso que eu pedi os atestados.” A Conselheira Clície diz: “Ah, entendi, porque na ata só fala do ano passado.” A Presidente Ana Lucia coloca: “É, por isso que eu pedi que enviasse para nós, mas ela ainda não encaminhou, isso realmente aconteceu e essa questão, além do atestado que o médico deu, e se ele tá solicitando que a mãe coloque também, solicite a questão de que o médico, ah, 60 dias pode, então encaminhe isso também pra nós.” A Conselheira Maristela diz: “E ainda está colocado que depois desse período permanece de atestado o médico durante seis meses, até o final do ano ela quer esse meio período, se é a questão do vírus, no mesmo período ele vai pegar.” A Conselheira Clície complementa: “Eu acredito que sim, porque de manhã ele vai ter contato com outras crianças, né?” A Presidente Ana Lucia diz: “Ok, então vamos colocar para guardar e ele retorna para a Câmara até vim todos os documentos, esses eram os casos de crianças que nós tínhamos, dois retornam, e o da menina, ela permanece onde ela estava matriculada, que é o pré-1.” Seguindo a pauta sobre as denúncias, a Presidente Ana Lucia coloca que foram recebidas 2 denúncias, de um CMEI e de uma Escola privada e pede para a Conselheira Delma fazer a colocação sobre o que foi resolvido em relação ao CMEI. A Conselheira Delma diz: “Nós recebemos bem na data da última reunião, por isso que eu compareci na data, uma denúncia, uma ligação da vigilância sanitária nos convocando para averiguar uma denúncia do CMEI Joana Razotto de Castro, em relação a água, chegou na denúncia, acho que foi através de telefone e e-mail para o pessoal da vigilância, que esse CMEI utilizava água de poço para as crianças e que estava ocorrendo surto de diarreia, imediatamente nós fomos até o local e constatamos que existe realmente um poço que é feito abastecimento da água, só que é um poço artesiano, mas que coincidentemente, há um mês antes, da denúncia, já havia feito o pedido de solicitação para a Sanepar para religar a água, e que até então o momento, nós fomos atendidos pela Diretora auxiliar e ela disse que não havia nenhuma queixa de surto de diarreia ou de criança, nem nada, e que os funcionários também fazem uso dessa água e na denúncia também constava que só a Diretora e a Diretora auxiliar tomavam água mineral e que a água estava na sala dela, nós fomos lá, verificamos que não tinha nada de água lá, e ela falou que todo mundo faz uso dessa água e ela, inclusive, ela tinha uma cópia do laudo do meio ambiente que tinha ido fazer o laudo da água, justamente para religar com a Sanepar, acho que deve ser uma exigência deles, e nesse laudo constava que a água era adequada ao uso, apareceram acho que é coliformes, mas uma taxa normal, porque como é água fluvial, galho que vai para a rede, acaba aparecendo lá no exame, mas que estava

adequada para consumo, mas de toda forma a Diretora, para evitar maiores problemas, religou a água da Sanepar, acho que eles iriam na semana seguinte, eu liguei lá, parece que já tá, já foi religado, então já tá tudo certinho e daí nós verificamos que no final das contas a denúncia não procedia, não tinha registro de nenhuma criança nem funcionária que tinha passado mal por causa da água, o pessoal da vigilância até imaginou que chegaria lá e encontraria um poço aberto, fomos até preocupados em relação ao risco para as crianças e tal, mas não, era um sistema bem organizado, mas de toda forma, agora foi resolvido e eles estão recebendo a água da Sanepar, então tá tudo certo.” A Presidente Ana Lucia coloca que era só para conhecimento e solicita que a Conselheira Madalena fale sobre a Escola privada. A Conselheira Madalena diz: “Estivemos no Colégio Acesso, por causa da denúncia sobre alimentação, dizia que eles estavam dando somente bolacha para as crianças, e o pão ficava e era ofertado mais tarde, a gente chegou lá, o refeitório estava sujo, faltava 10 minutos para o almoço e nenhuma mesa estava limpa, tinha pão sujo no chão, estava muito sujo, toda a escola, fomos até a cozinha, a Alessandra, foi junto, a Alessandra que é a nutricionista da merenda, ela foi junto, ela conversou, explicou o que era para fazer, foi dado prazo de 15 dias, para ver se o pessoal arrumava tudo, eles comentaram que lá não tem servente, que tinha servente de atestado médico, mas eram só duas, os banheiros estavam sujos, estava a sala suja também, daí a gente passou para a sala que as crianças dormem, a sala do soninho estava super lotada, tinha muita criança junta, foi dado um prazo para que eles regularizem e daí a gente não retornou ainda, mas nós vamos logo.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Essas foram as duas denúncias que chegaram, nós temos a questão da denúncia da Escola Pedro Fuss, em relação à Educação em Tempo Integral, vocês viram, eu estava ali com o pai atrás, exaltado, estava exaltado, daí Rosiane foi bem firme com ele.” A Conselheira Maria Madalena diz: “Ana, posso só falar? O rapaz que estava ali, é o Dr. Marcos Sion, alguma coisa assim, ele queria participar da reunião para falar sobre isso, só que ele tinha compromisso, então ele falou assim, não vou poder esperar, porque ele iria esperar o final da reunião para conversar com você, não, ele não é pai, ele é advogado e estava por causa dessa situação.” A Presidente Ana Lucia diz: “Então, essa aí já vai dar problemas, até porque está vindo para o Conselho e assim, a gente vai conversando com os pais e a gente vai descobrindo outras coisas, inclusive, a diretora pediu autorização para o Conselho para aumentar o número de vagas e que o Conselho autorizou, nem é nossa atribuição, as coisas estão chegando para nós, estão chegando muitas denúncias complicadas, até o próprio pai denunciou outro caso pra nós, não dessa escola, mas de outra, né? Que é do... Rosi Marquesini, que a filha da Diretora também está lá, ele é o esposo, então, da professora, que tem a filha matriculada do Pedro Fuss, e daí ele disse que se a filha não pode, essa filha da Diretora que está hoje também vai ter que tirar porque ela tem mais condições do que ele, porque ela viaja para Europa, assim que ele foi colocando e nós duas, ó! Jesus! Por que que o pai veio aqui? Por que que esse senhor veio? Não sei se Advogado...” A Conselheira Maria Madalena diz: “Ele é do SINSEP.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ah, eu sei, então é o esposo da Juciane, é o pai da outra criança, vieram porque a Diretora falou para esses pais que o Conselho iria votar se a criança iria ficar ou não, que era para eles virem aqui para pedir para o Conselho, para não tirá-los, tem mais isso.” A Conselheira Maristela diz: “Eu não ia compartilhar, mas já que a gente está falando das informações que chegaram até mim sobre isso, agora que foi falado os nomes da Juciane, então, chegou algumas informações que seria hoje uma votação sobre e eu fiquei na dúvida, porque eu sou uma pessoa muito esquecida, se a gente tinha votado já isso ou não naquela ocasião, porque talvez a gente já tinha votado, tinha quatro crianças que estavam além das 44, e a questão de encaminhamentos nossos até então, o que a gente tinha pensado dessas quatro crianças serem desligados agora, no meio do ano, ali no final do primeiro semestre, até porque elas não atendiam nenhum daqueles critérios que a gente

ficou lendo ainda aquele dia, né? E a gente já tinha ficado acertado ou não? A gente deixou para outro momento? Veio a ata mas não consegui ler.” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, a Rosiani..., por isso que eu voltei ali, porque a Rosiani já encaminhou para nós, enquanto Conselho, compartilhou a análise feita pela Escola Municipal Pedro Fuss, como tem muitos dados de crianças, e a doutora Clemen falou bastante cuidado com isso, então nós estamos encaminhando para a Câmara de Normas, e do Ensino fundamental, é claro que algum conselheiro que queira participar não tem problema, só que eu já vou colocando aqui que é uma reunião fechada e a extraordinária das decisões vai ser feita, e eu estou registrando em ata que vai ser fechada também, porque quando a gente traz a reunião fechada, não pode ter pessoas de fora, até porque eles vieram para brigar, e foi a orientação que eles receberam da Escola, de que nós iríamos tirar as crianças, e ele tava bastante exaltado.” A Conselheira Maristela diz: “Nossa, está bem errado as informações que chegou até eles assim, e está partindo da escola, chegou assim, envolvendo nomes, né, não vou nem citar, mas assim, até eu coloquei, não, não foi isso que a Ana falou, né, falando que a Presidente do Conselho tinha falado que era para já tirar, eu falei assim, eu lembro que ainda a Presidente colocou que a gente tinha que pensar no vínculo da criança, eu nem tinha pensado no vínculo da criança, eu Maristela, eu falei que tinha que tirar, daí a Juciane disse, é a minha filha, depois eu disse, pelo meu pensamento era para tirar a sua filha, porque, olha o meu pensamento, eu trabalhava na Maria Robertina, eu mandava a criança pra lá, não podia fazer matrícula porque já estava lotado, e as crianças que eu estava mandando era tudo caso de vulnerabilidade social, e as que estão não a mais não, ela falou, pois é, ta, eu falei, Juci, isso que falaram da Ana, não está coerente, porque ela colocou para nós essa questão do vínculo da criança, para gente não interromper, que a criança não tem que ser prejudicada por erros de adulto, falei para ela, vou ser bem sincera, eu não pensei nesse lado humano na hora, enfim, e daí ela falou, então vai vir para a votação, eu falei, será? Mas eu acho que a gente já votou para essas quatro crianças saírem, daí ela levantou uma outra questão, que daí ela falou que eles iriam judicializar, caso essas quatro crianças fossem mesmo desligadas, porque não tinha saído na nossa deliberação lá de novembro, os critérios, e daí eu fui ler, porque como novembro e dezembro a gente tava na escola fervendo, eu falei para ela, vou ser sincera, devo ter votado sim, beleza, mas eu lembro que foi falado sobre os critérios, e foi uma reunião de câmara online, né? aí ela falou, não, eu vi e não tava, e não estava naquela, estava em março, em março teve uma outra... enfim, aí como que foi o desfecho dessa conversa? Eu peguei e falei, então eu vou ler novamente, porque eu não lembro, mas para mim que estava, e peço para você também fazer a leitura, ela falou não, eu fiz a leitura minuciosa e não estava lá, então não foi erro meu fazer a matrícula, porque eu fiz a matrícula no início de fevereiro e só veio mesmo a resolução falando dos critérios em março, eu falei Juci, isso foi lá em novembro.” A Conselheira Clície disse: “Ela não estava na escola em novembro, ela era da Educação Infantil.” A Conselheira Maristela continua: “Clície, só que ela não sabia nem como funcionava o integral, depois que ela entrou na escola, a diretora pegou e Gente, eu não quero comentar porque foi erro em cima de erro.” A Presidente Ana Lucia comenta: “Nós soubemos disso, tanto é que quando a Rosiani e a Sirlei foram conversar com a Direção, ela pediu para as pedagogas participarem e elas não quiseram que as pedagogas participassem.” A Conselheiro Maristela diz: “Ela ofereceu, ela ofereceu assim, ó, vamos fazer os funcionários, diz que a Juci achou estranho e perguntou para a Diretora, mas não tem nenhum critério? Não, disse que a Diretora falou que não tinha critério, desculpa eu ficar lavando aqui, nem era para entrar no assunto, só que eu defendi nós enquanto Conselho, daí o que nós vimos? A Juci teve um tempo maior para fazer a leitura de novo da nossa deliberação e lá está os critérios, ela falou que tem dois critérios, ela falou que tava os critérios, enfim, lá, eu disse, se está os critérios e isso entrar de novo para votação, o meu voto é para as crianças serem desvinculadas, falei para a Juciane,

mas se não está lá em novembro, daí agora em março me saem...” A Conselheira Rosiani fala sobre a situação colocando: “Essa é a bola quicando, gente, iniciaram seis escolas novas em 2024, tá? Nesse formato de Educação em Tempo Integral, baseado na Deliberação 06, que é de novembro do ano passado, eu reuni todos os Diretores das escolas que já tinham o PAS anteriormente, mais as quais iriam iniciar esse ano, no dia 6 de novembro, diretores e pedagogos, veio um representante de cada segmento de todas essas escolas, nessa ocasião, nós já tínhamos discutido os critérios na Câmara, toda a deliberação, e estava para vir para o pleno, que se não me engano veio dia 13 de novembro na reunião do pleno, eu não podia no dia 6, apresentar o texto da deliberação porque, não tinha sido votado, mas mesmo na reunião do dia 6, eu pus um resumo dos critérios para apresentar e deixei muito claro que a deliberação estava em vias de publicação para todos, no ano passado, nós tínhamos um grupo de WhatsApp do PAS, que tinha diretores, diretores auxiliares, pedagogos, articuladores, quem a escola tinha como responsável por isso, isso está formalizado, foi uma reunião, os slides estavam disponíveis para todos e quando saiu a deliberação publicada, eu mandei para todo esse grupo a deliberação, coisa que era cada um buscar no diário oficial, mas mesmo assim eu mandei e para esses Diretores das seis escolas novas, eu mandei no privado de cada um deles, porque eles não estavam nesse grupo, eu tenho um print aqui do meu celular para quem quiser ver, a deliberação foi para a escola em novembro, informalmente, por quê? Porque o formal, na minha interpretação, está no Diário Oficial, está lá, se eu vou ter Educação em Tempo Integral, eu tenho que buscar me informar sobre ela, mas mesmo assim, eu dei mastigado na direção da escola, são seis escolas, uma escola é integral e outras cinco são tempo integral, quatro seguiram, leram a deliberação e seguiram o que está proposto lá, nós tivemos duas denúncias de escolas que têm filho de diretor, mas não são as escolas novas, são escolas que já eram algum vício, alguma tentativa de burlar, a gente está chamando, fazendo lá, orientando, sim, que a partir do segundo semestre isso seja regularizado, agora, esse diz que me diz que Conselho falou, SEMED falou, SEMED sabia, SEMED não sei quem, Rosiani falou, Cristiane falou, para mim, não passa de disque-me-disque, tá? Porque as pessoas ouvem o que querem e traduzem da maneira que querem, inclusive para os pais que foram chamados lá na escola, infelizmente é isso, tentei de todas as formas ajudar a escola, eu fui pessoalmente ouvir, me conta, fulano de tal, por que que ele está? Aqui está tal e tal critério, Ah, por isso, isso, isso, e anotando cada coisa, descobri, por exemplo, que tudo que estava marcado distorção e dar gênio não é. Fiz uma tabela, mandei para todas as escolas, com a data certinha, quando que é distorção para este ano, para não ter perigo. Não entendiam, não sabiam o que era distorção idade/ano, não é, fiz uma tabela, mandei para todas as Escolas com a data certinha de quando que é distorção para esse ano, para não ter perigo, não entendiam, não sabiam o que era distorção segundo a lei, fiz, expliquei, tiramos tudo isso dessa escola, as demais estão revendo o seu, fiz toda a parte, o que foi dito para a escola é que essas quatro crianças, depois de olhada uma por uma, essas quatro não se enquadravam no critério, elas eram sim matriculadas na escola, mas esse não pode ser um critério que fique sozinho, senão ele não é critério, qualquer um da escola pode ser, isso é óbvio, ele está lá, sim, para eu evitar que outro que estuda lá na Santa Rita venha ficar no contraturno ali do Pedro Fuss, é por isso que ele está lá, agora ele não pode ficar sozinho, senão pra que critério? Qualquer um da escola pode ser, é óbvio, aí foi dito que essas quatro crianças que elas citavam como vulnerabilidade no segundo critério, e também estudante da escola, não conseguiram nos relatar porque era um caso de vulnerabilidade, não conseguiram nos relatar, bom, gente, se não tem outro critério, elas estão fora, a gente sugere que vocês, registramos isso em ata, chamem as famílias e informem que para o segundo semestre isso precisa ser adequado, só que pelo que a Ana trouxe, que está recebendo de ligações das famílias, o que foi dito para as famílias foi, olha, o Conselho está mandando tirar as

crianças para o segundo semestre porque são filhos de funcionários.” A Conselheira Maristela diz: “Tudo errado, foi isso que foi falado mesmo, colocaram nas nossas costas.” A Conselheira Clície pergunta: “Se essas 4 (quatro crianças saírem, abre vaga?” A Conselheira Rosiani responde: “Elas estão a mais já, porque essa era uma justificativa, nós estamos atendendo as 40 (quarenta) vagas, são quatro a mais.” A Conselheira Clície diz: “Mas a deliberação diz que são 40, né? Não diz que pode ter vagas excedentes para ninguém.” A Conselheira Rosiani diz: “Não diz, não diz de vagas excedentes, Já que estão no rigor da deliberação, não diz.” A Conselheira Clície coloca: “Eu até conversei com a Ana sobre isso, eu perguntei, que tá ficando uma situação muito delicada para o Conselho e para a Secretaria de Educação no geral, né? Se nós, enquanto Conselho, poderíamos chamar a diretora para se explicar, porque eu acho que ela tá jogando para nós uma responsabilidade que não é nossa, um erro dela e ela usa o nome do Conselho e daqui a pouco vem o advogado falar com o Conselho sobre a situação, ele tem que ir lá falar com ela.” A Conselheira Rosiani diz: “Ou chamar o seu representante de pais e pedir voz aqui dentro através da representação, eu acho.” A Conselheira Clície diz: “Eu gostaria que ela viesse explicar.” A Conselheira Caroline diz: “Eu sugiro que faça um ofício em nome do conselho para a ciência desses pais que estão perdendo a vaga, de que nós estamos fazendo, o que determina a deliberação, e aí os pais assinam com ciência, tirando todo o Conselho dessa...” A Conselheira Maristela diz: “E seria interessante não vir só a Diretora, pelo que a gente percebe, ela distorce muito qualquer fala.” A Conselheira Clície diz: “Mas vai ficar registrado em ata.” A Conselheira Maristela continua: “Então, vir ela, e uma das pedagogas que também participaram do processo, porque pelo que a gente tá entendendo, que eu tô percebendo, ela tá chegando lá, a informação que você leva, chega como o conselho está fazendo isso porque eles entendem assim, não é eu fiz um erro diante do que foi me passado.” A Conselheira Rosiani diz: “Gente, a questão do erro, vamos deixar muito claro, era muito aceitável por todos nós, é o primeiro ano, não li a deliberação, fui fazendo conforme eu ouvi e fui fazendo, ok, errei, vamos ajustar, o problema é que está virando um turbilhão, achando outros culpados, desnecessariamente.” A Conselheira Clície diz: “A minha preocupação é essa, que ela poderia ter chamado esses pais no primeiro momento e explicado, olha, eu cometi um erro, eu quis ajudar, mas não é possível, porque tem uma deliberação, assim assado, sinto muito, a partir de julho as crianças serão desligadas, ponto final, encerrava-se o assunto, mas está virando uma novela mexicana.” A Conselheira Dhebora pergunta: “Tem articuladora lá?” A Conselheira Rosiani responde: “Tem, tem articuladora sim, mas pelo que dá para pegar nas entrelinhas, a escolha dos estudantes não foi feita como orientado, igual é feito em toda a escola, equipe pedagógica, equipe diretiva, articuladora, que faz todo o contato com a equipe docente também para saber se tem alguém...” A Conselheira Dhebora pergunta: “E essa articuladora já era de lá?” A Conselheira Rosiani responde: “Não, ela é nova, é o primeiro ano lá, já era professora na escola, mas é o primeiro ano de ETI na escola, mas não foi feito assim, eu, equipe diretiva, eu e quem sabe minha colega...” A Conselheira Dhebora pergunta: “Mas essa articuladora participou da formação?” A Conselheira Rosiani responde: “Participou da formação.” A Conselheira Dhebora continua: “E os pedagogos? Isso que teve no começo do ano, eu não participei na minha escola, foi outro pedagogo.” A Conselheira Rosiani coloca: “Não veio nenhuma” A Conselheira Dhebora diz: “Foi outro pedagogo e a articuladora que participaram da formação, mas a formação era para os pedagogos e articuladores, depois dos professores, certo?” A Conselheira Rosiani responde: “Isso, mas não veio ninguém, só a sua escola mesmo que veio pedagogo, as demais escolas não mandaram, estavam no Furacão, no Turbilhão e não mandaram, mas pelo que dá para entender, na conversa com eles, não houve esse sentar e vamos fazer a seleção., não houve, houve sim alguns casos que no Conselho, no final de 2023, o Conselho de Classe sinalizou algumas crianças com muita defasagem de aprendizagem, que seria oportuno ficar o dia inteiro,

isto houve participação coletiva, os demais eu não...” A Conselheira Dhebora coloca: “É o que é feito na maior parte das escolas, né? Uma reunião de Conselho para ver quais são as providências que a escola vai fazer para ajudar essas crianças com defasagem, ou às vezes a gente descobre alguma situação de vulnerabilidade, e outra coisa que eu só queria colocar, que você falou já hoje, que as crianças estavam marcadas como vulnerabilidade, mas que elas não sabiam explicar que vulnerabilidade era essa, acho que é importante, às vezes, fazer o esclarecimento, porque eu penso assim, a vulnerabilidade ela já é a partir do momento que a criança não tem com quem ficar no outro período, é claro que é diferente, porque eu por exemplo, já vi a situação de aluno meu, né, no caso da minha realidade, a gente tem falta de vaga, né, e a gente dá para os mais carentes mesmo, às vezes, tem uma mãe ali, não é que ela é rica, né, óbvio que ela não, mas ela tem uma condição, ela tem uma avó, ela já leva no CRAS, ela já tá com uma outra condição, a criança não tá desatendida, daí a gente acaba ofertando a vaga para um que realmente não tem nada, nem o que comer, talvez a vulnerabilidade nesse sentido seja a criança não ter com quem ficar no outro período.” A Conselheira Marilete diz: “Não é só isso também, são crianças que estão em risco.” A Conselheira Dhebora diz: “Sim, mas eu só estou interpretando esse teu recorte, talvez, falando algo que seja isso.” A Conselheira Rosiani diz: “Depois eu retomo esse teu esclarecimento que está na vez da Marilza.” A Conselheira Marilza diz: “Deixa eu fazer uma pergunta, a Secretaria de Educação já orientou essa Diretora com registro formal? Considerando o nosso estatuto, que o secretário de educação pode notificar a Diretora em relação a isso?” A Conselheira Rosiani responde: “Notificação ainda não, só orientação e registro em ata.” A Conselheira Marilza diz: “Faço essa sugestão, tendo em vista que já apareceu advogado para representar...” A Conselheira Rosiani coloca: “É porque depois a orientação teve o desdobramento.” A Conselheira Marilza continua: “Isso, exatamente, foi, para que a gente tem um respaldo legal aí nessa situação.” A Conselheira Marilete diz: “Bom, a gente já tinha conversado, com a Ana e com você, as meninas estão fazendo o levantamento daquelas planilhas que vocês mandaram para a gente, a gente está encontrando várias crianças que têm ficha de risco e não estão no ETI, quando elas terminarem, acredito que a gente vai ter que sentar para rever esses casos, o que eu falei para elas, pode ser que essas crianças tenham ficha de risco, mas não se encaixam nos outros perfis também, então é outra análise que a gente vai ter que fazer, e aí eu queria ver com você como é que ficou aquela questão que eu pontuei lá sobre a questão do Cadastro Único? Cadastro Único qualquer um pode ter, agora, quando é feita essa seleção, além do Cadastro Único, a criança recebe o Bolsa Família?” A Conselheira Rosiani diz: “Lá na Deliberação fala beneficiário de Programa Social porque a gente não quis pôr o nome Bolsa Família, porque Bolsa Família é agora esse governo, mas não é só o cadastro único, é beneficiário de Programa Social, então não é só o cadastro, o cadastro em si, tem que ser beneficiário de um Programa Social, para falar da vulnerabilidade, eu queria só tirar um mito de que está se formando, de que o público-alvo da Escola Pedro Fuss não tem crianças vulneráveis, porque são famílias mais abastadas, gente, é história, acabamos de dizer que vulnerabilidade não é apenas econômica, financeira, nós temos N situações ali, até no relatório que foi enviado, de filhos de mães usuárias, tá? De filhos de mãe solo, caminhoneira que sai estrada fora com o caminhão e o filho fica com o irmão de 16 anos e são essas que ficam dentro de casa, você pensa, se Deus o livre dessa mãe se envolve num acidente ou fica parada no trânsito, é o irmão de 16 anos que tá cuidando dessa criança, alimentando e provendo todo o restante, então, tem, sim, muito público vulnerável naquela unidade, tá? Então, só deixar muito clara essa questão de que, aí, porque foi no Pedro Fuss lá não tem público vulnerável, tem, sim!” O Conselheiro Luiz diz: “Só complementando o que a Marilza falou, estava conversando com a Ana agora, é importante, sim, a professora, essa pessoa, vir se explicar para o Conselho, mas eu acho que só para a gente se respaldar juridicamente, para ela não nos, de repente, fazer alguma

ação contra o Conselho como um todo, que ela venha, sim, que ela seja chamada, que ela seja, como pontuou a Marilza, que ela seja notificada lá pelo secretário, que ela possa, sim, ser ouvida, mas daí ao invés de ela vir se expor para todos, que ela, então, faça uma reunião ali com a Presidente, com o Secretário e depois nos repassar ou não, enfim, só mais para ter o respaldo jurídico na questão do processo, do assédio moral.” A Conselheira Clície diz: “Quando a gente fala chamar para se explicar ao Conselho não é no Pleno, mas para o Conselho, para que ela possa explicar o posicionamento dela, as falas dela, o que ela está indicando para os pais e possa esclarecer.” A Conselheira Leila pergunta: “Rosiani, você tem acesso a partir de quando que excedeu essas quatro crianças? Quando que entraram essas quatro crianças que excederam?” A Conselheira Rosiani responde: “Eu não tenho aqui, mas a gente pode pesquisar no SERE.” A Conselheira Leila diz: “Aquela mãe que também veio atrás, o filho dela conseguiu a vaga tem uns 20 dias, ele entrou agora, a Kelrin? A Ketlin veio atrás do conselho porque ela tava na fila, porque tem a mais velha, a menina tava, e o menino não, os dois...” A Conselheira Rosiani diz: “Eu sei de um caso de uma família que tinha a filha mais velha e puseram o mais novo, mas eu não sabia que ela tinha vindo atrás aqui.” A Presidente Ana Lucia diz: “Não, não, aqui no Conselho não.” A Conselheira Leila diz: “Mas ela disse que veio, então ela deve ter ido no conselho tutelar, ela disse que veio no conselho e ela chegou lá na escola me falando que ela conseguiu a vaga para o menino, mas faz 15 dias, uns 15, 20 dias, ela acabou de conseguir, então assim, essas 4 vagas que está excedendo, é bom verificar se não está excedendo após a denúncia, porque eu acho que ela está agindo de má fé para dizer que ela está cumprindo as 20 e essas quatro que estão excedendo são as que não entram no critério, faz 15 dias que o menino conseguiu.” A Conselheira Rosiani diz: “A primeira lista que veio em resposta ao ofício 62, veio 42 crianças, no dia que eu fui na escola para fazer a ata e a orientação, já tinham 44, inclusive, este menino era um deles, foi citado que era indicação do Conselho Tutelar, tem ele e mais um.” A Conselheira Fátima diz: “O Conselho tutelar quando manda, é porque critérios tem muitos, eu não sei desse caso porque não foi eu que mandei, mas quando o Conselho tutelar manda, com certeza critérios tem.” A Conselheira Rosiani diz: “Não, mas a Leila acho que não está questionando isso, ela está questionando que começou a chamar quem estava na lista para dizer que tinha os 40 atendidos.” A Conselheira Leila diz: “É o meu entendimento, eu posso estar errada também, mas eu vejo que dá a impressão que tá agindo de má fé, tá excedendo para dizer que cumpriu os 20, porque o menino conseguiu agora, não faz 15 dias que a mãe falou, ah, graças a Deus ele conseguiu tá indo também, mas ele tava na fila de espera desde o início do ano e aí a irmã entra e o irmão não entra.” A Conselheira Rosiani diz: “Eu estive na Escola dia 4 e já estava, Já tinha 44, eu estive na escola dia 4 de junho.” A Presidente Ana Lucia relata: “E o pai fez até a colocação que ele queria saber quem foi a conselheira? Se foi uma vingança? Você pode me dizer o nome?” A Conselheira Rosiani diz: “Agora deixa eu falar, eu não sei o que aconteceu, se houve uma conversa tua com a Tati ou com a Mari, mas quando chegou o papel lá, elas já tinham certeza que tinha sido você.” A Conselheira Leila diz: “É porque os meus dois filhos estudaram lá, então a minha escola é ali do ladinho, então praticamente eu conheço, eu tenho contato com muitos pais dali, eu tenho irmãos lá e tenho irmãos ali, então provavelmente, e aquela mensagem que eu mandei no grupo do Conselho em janeiro, lembra que eu mandei questionando? Foi ele que me mandou, que ele já tinha vaga dela em Janeiro, lembra que eu mandei para vocês perguntando? Vai ter, como que vai ser e tal, até para passar informação e a informação que eu passei para ele foi de que, ó, eles falaram lá no conselho que não, que é a partir de fevereiro, que não sei o quê e tal, mas a menina já tinha vaga garantida no início de janeiro.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ele disse assim, eu só quero ouvir da sua boca, se foi a Leila ou não.” A Conselheira Leila diz: “Foi eu que passei para ele, não, eu conversei com a Ana, a Presidente, e não vai ter, foi essa a informação, a mesma informação que a Ana Passou

eu passei para eles.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ele não aceita, ele disse não é justo que a filha dele tenha que sair agora, ela já está matriculada como que vai tirar da escola? Disse, nós não estamos tirando da escola, ela está matriculada no regular, ela está no em Tempo Integral, é diferente, nós duas falamos que é diferente, ele disse, é mas eu não quero mais pagar o particular e eu quero que ela fique lá. Mas a Rosiane foi bem firme com ele, daí depois ele disse, bom, se tiver que, se comprovarem para mim, que tem uma criança que precisa mais do que a minha filha, eu tiro, só que ele disse que no Pedro Fuss não tem casos de vulnerabilidade, e o registro dessas quatro crianças, desses casos foi colocada, eu vi, ela me mostrou, tá escrito vulnerabilidade.” A Conselheira Marilette pergunta: “E aquela outra escola que eu passei para vocês.” A Conselheira Rosiani responde: “Nós vamos chamar, e agora mais uma que ele passou.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Mas ele me passou, ele disse que se a filha tiver que sair, essa outra Diretora também vai ter que tirar a filha da Diretora, porque ela viaja para Europa, ela viaja para Europa.” A Conselheira Rosiani diz: “Deixa eu deixar uma coisa muito clara aqui, que desde que começou tudo isso, eu estou tentando achar um caminho para tentar cercar, em primeiro lugar, a gente acredita no comprometimento do servidor público com aquilo que é correto, a ética, não tem como nós chamarmos as famílias das 26 escolas aqui, de apresentarem documento e nós fazermos a seleção, porque é preciso conhecer o contexto, conhecer de perto, por isso que é feito dentro da escola, precisa ser feito, não é uma pessoa, é equipe, é diretiva, é pedagógica, é representante de professor, é uma equipe que faz isso, não é uma pessoa só que é para fazer isso, mas mesmo assim, nós criamos a ficha, que está inclusive, compartilhada com o NUDCAI, pode parecer, ah, a secretaria junto está encobrindo, eu não tenho como saber o nome de todo mundo, nós tivemos uma denúncia da Escola Maria Leni, que a gente já chamou, já fez ata, já orientou, que o nome do servidor é fulano da Silva, e como é que eu vou, sem preconceito, porque eu tenho Silva no meu nome, mas como é que eu vou saber que aquele sobrenome é de um filho de servidor que não tem outro critério? Você acredita na boa fé da equipe que está lá à frente e infelizmente a gente tem percebido que tem isso, que não tem, que nós criamos a ficha compartilhada, está compartilhada também com o NUDCAI, interesses do trabalho deles ali, e cada um que conhece, elas trouxeram de uma Diretora que eu não conheço, não sei nem se é menino ou menina, vou chamá-la aqui, mas que conseguiram reconhecer o nome ali, e a gente está fazendo isso, infelizmente depende das denúncias mesmo e daqueles que conhecem, tem filhos de funcionários que se encaixam sim.” A Conselheira Clície diz: “Eu penso que se isso chega ao Ministério Público, entra em descrédito todo o trabalho que a SEMED teve para construir esse Programa, que é tão importante para o Município, para as crianças e por ação imoral de servidores públicos que tem o estatuto que devem seguir, a gente coloca em descrédito o trabalho... e o Município pode ser penalizado por ações assim.” A Presidente Ana Lucia diz: “E as questões de que ela tem trazendo, prejudicando a imagem do conselho, dos conselheiros.” A Conselheira Maristela diz: “Eu deixei falar, porque ela nem sabia que a gente já tinha discutido isso, chegou tão contorcido lá, que ela achou que eu não sabia de nada, ela começou a falar e eu falei, vou deixar ela falar, depois ela até falou, por que você deixou eu falar? Eu falei, porque começou eu queria entender, ela falou, nossa, você nem entreviu, para ela chegou que hoje esse caso viria para o conselho, e que a conselheira já sabia, e que a conselheira já tinha pedido para essas crianças saírem, eu falei, mas o conselheiro não pode pedir para essas crianças saírem, então assim, chegou totalmente contorcido, várias coisas que não adianta a gente citar aqui, que pelo que eu entendi, quem contorceu foi a diretora, por isso que eu até falei, será que quando chamar a diretora não é melhor ter mais alguém, ou ter um texto, uma ata, algo ali, que comprova, porque a diretora mesmo fala que tudo que foi falado dela foi informal, nenhum momento ela cita para as pedagogas que houve o envio do documento por WhatsApp, ela falou, não, não tem documento

nenhum, está tudo certo, vamos seguir a vida, quem quer a matrícula? Quem quer a matrícula? Ela fez assim, porque essas crianças das quais a gente está citando, uma é... três são filhos de funcionários do Município, o Vinícius, a Juciane e a professora, né? E, assim, são os que a gente conhece, né? São pessoas éticas, mas ela fez o erro da matrícula, ela fez a bargana e a culpa foi nossa no final.” A Presidente Ana Lucia diz: “A culpa é nossa no final é isso que está acontecendo, a Secretaria também não deu, não fez o que ela tinha que fazer, e o conselho agora é o bicho.” A Conselheira Maristela continua: “E aí ela falou assim, eu só tô avisando, eu só tô te avisando porque o Conselho vai ser processado, nós iríamos ser processados, porque a gente não fez uma resolução correta, a informação não chegou para a Diretora e ela fez de boa fé.” A Presidente Ana Lucia diz: “O Conselho pode levar a Diretora ao Ministério Público para responder sobre isso.” A Conselheira Dhebora comenta: “Não é só a imagem do Conselho, mas da própria escola, como que fica a escola diante da comunidade depois de toda essa questão, né? E tem outros funcionários lá dentro que não estão sendo ouvidos, a gente não sabe o que está acontecendo lá, que trâmite é esse interno, que alguém faz tudo isso e ninguém fala nada.” A Conselheira Rosiani complementa: “E detalhe, gente, como relação ao desligamento dessas crianças, a ata é do departamento, feita pelo departamento, e foi orientado que por não se encaixarem nos critérios, apenas no critério de estudante matriculado na escola e não em mais nenhum outro, que elas então deveriam, para o segundo semestre, serem desligadas da Educação em Tempo Integral, e é uma orientação do Departamento, não tem Conselho na ata.” A Presidente Ana Lucia diz: “Eu até conversei, conversei com a Rosiani, conversei com a Cristiane, a gente vai atrás para... na verdade, qual é o nosso papel? A gente recebeu a denúncia, né? Então, o departamento aqui, representado pela Rosiani, já foi atrás pra investigar, como está acontecendo essas questões, e lembra que eu fui bastante resistente até, a Maristela colocou em relação, tira essas crianças, não tira essas crianças, as crianças não tem culpa, eu falei, a criança não tem culpa.” O Conselheiro Marcos pergunta: “Mas essas crianças desligadas, elas não podem ser realocadas em outra escola?” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, porque elas não atendem aos critérios, mas continuam matriculadas na unidade, só no meio período.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Então a gente só precisa terminar de concluir, enquanto Conselho, a gente não tem que votar nada também, eu falei isso, nós não temos que votar, se não fica, se não fica, a gente passou isso para a Secretaria e ela vai fazer.. o que nós enquanto Conselho? É que cumpra a legislação e cumpra a deliberação, é isso nesse momento, só que aí, diante de todos esses problemas que está sendo colocado, e o pai vindo aqui falar que a Diretora falou isso, a gente faz um documento e encaminha para o Secretário para verificar o caso desta diretora, e no caso ela vai... Ela, sim, a gente conversando, vou conversar também com o gabinete, sim, ela pode vim se retratar, eu vou lá e tudo, mas o problema é continuar tudo isso, porque ali o caso é bem difícil, porque ela já fez várias colocações de coisas erradas, dizendo que o Conselho que fez, inclusive de que ela pediu a vaga para o conselho, o conselho autorizou, por isso ela está com a mais e quando o pai ligou, ele disse que ele era da saúde e ele não é da saúde, ele já mentiu ali até, eu disse assim, você disse que era funcionário da saúde e tal, mas você não tem, eu falei com você ontem, eu disse, a Diretora falou para você que ela errou na hora de passar a matrícula? Não. Daí acho que depois ela foi conversar e aí ela deve ter inventado outras coisas, ela falou que ela foi orientada como é que deveria? Não, ela não falou, falou que tem quatro crianças que estão a mais que não poderia? Não, ela não falou. Então, assim, são coisas que ela não tinha falado, e que aí depois acabou colocando dizendo, ah, mas ela pediu, ela disse que pediu para o conselho as vagas que tinham a mais e que o Conselho autorizou, daí depois ele veio, quando eu falei para a Rosiani, ele disse assim, é, peça junto com o Conselho, disse que foi o Conselho para a Secretaria, ele falou dessa forma. Então, assim, são muito dias que me diz, mas sempre, em todos os erros, o Conselho é que está difamado.” O

Conselheiro Luiz diz: “O que cabe também no nosso regimento, é ir fazer no local, o Conselho fazer uma reunião com esses pais, com comunidade escolar nesse caso, de esclarecimento.” A Presidente Ana Lucia diz: “Bom, até esses quatro, somente com os quatro também é possível, somente com os quatro, né? Daí que começou o telefonema, ó, quando é que vai ser votado? Nós queremos saber quando será a reunião, porque a gente quer ir lá, porque a gente quer lutar pelos nossos direitos, aí que começou toda a história em relação ao Conselho, e até a gente colocou, está lá em Diário oficial, e nem aparece, até porque eu, na hora que a gente fez a pauta, não coloquei, eu até... Acabei esquecendo que tinha que ter colocado essa pauta, esse assunto do Pedro Fuss em pauta, mas de qualquer forma, nós vamos encaminhar para a Câmara, e a gente já deve fazer na próxima semana, talvez já na segunda-feira, fazer a análise, Câmaras de Normas e do Ensino Fundamental, e fica que qualquer outro que não seja dessas câmaras, que queiram participar, a gente só vai ajustar o horário, a data, o horário certinho, para que vocês, quem queira participar dessa verificação que a gente vai fazer, para constatar aqui, para vocês verem que realmente é verídica a denúncia, tá? E tem como comprovar e está comprovado até pelo ato da matrícula, foi um erro e um erro gravíssimo, né? Ele é gravíssimo, a gente coloca assim, como gravíssimo mesmo.” A Conselheira Rosiani diz: “Eu preciso só esclarecer mais uma coisa, eu prometo que é a última, eu tenho unidade, gente, que vou citar uma unidade de exemplo, que até a Marillette não sei se chegou a olhar lá na pasta, que é a Emílio de Menezes, que é uma unidade também que começou esse ano com 40 vagas, 20 de manhã e 20 da tarde, lá eles fizeram corretamente o processo, existe um documento de oferta de vagas, inclusive foi publicado a Portaria essa semana, tem lá a cópia do documento, que toda a família que é convidada a participar recebe esse documento e ali a família se manifesta, se aceita ou não a vaga, na Pedro Fuss isso não foi feito, eles não têm como comprovar que eles chamaram os vulneráveis e eles não estão porque eles não quiseram, por exemplo, não tem como comprovar, eles fizeram isso por telefone, mas na Emílio de Menezes eles fizeram corretamente e já lá no nosso drive compartilhado eles anexaram todas as famílias que negaram então quem é do NUDCAI consegue ver que o fulano é vulnerável, não tá na turma de ETI, mas que foi ofertado e a família não quis, e nós temos algumas unidades que tem lá três, quatro alunos que só estão no critério 3, mas sabe por quê? Porque eles ofertaram para todos que estavam dentro de mais critérios e tem como comprovar que não aceitaram e estava sobrando vagas e por isso eles têm, sim, crianças só no critério 3, mas a coisa é feita com seriedade, tem como comprovar.” A Presidente Ana Lucia diz: “É importante sempre pedir que os nomes citados fiquem aqui, fique aqui mesmo no Conselho, como sigilo mesmo, por enquanto, até a gente poder resolver essas questões.” Seguindo para o próximo assunto da pauta a Presidente Ana Lucia coloca sobre a deliberação da nomenclatura dizendo: “A Divisão de Estrutura, desesperada por isso, porque depende dela a organização, estava se usando a do Conselho Estadual, que é de 98 ainda, e nós precisaríamos adequar a nossa, nós fizemos ontem um debate dentro da Câmara de Normas, e estávamos encaminhando para vocês no final da tarde, e lógico, eu coloquei dentro do possível quem pudesse, não veio nenhuma adequação, mas a gente conversou ali, eu e a Rosiani, conversamos que a gente precisa colocar a Educação Integral, não em tempo Integral ainda, até vou explicar para a Rosiani também, porque até foi um questionamento ainda vindo da própria estrutura, a Educação Integral, que é da escola, são duas escolas, nós temos o Ilza e o Ernestina, então essas, a gente pode até colocar lá ainda, da Educação Integral, que pode, por exemplo, a escola é Professora Ernestina Macedo de Souza Cortês Educação Integral, então, ela mudaria a sua nomenclatura, precisamos acrescentar, eu não sei se alguém tem alguma adequação, se querem que faça a leitura, nós encaminhamos para vocês, se alguém tem adequação, nós nos baseamos na do Conselho Estadual, eu coloquei a declaração do Conselho Estadual 3 de 98, a gente se baseou que é uma maioria dos Municípios

eles se adequaram também, podem colocar lá no artigo terceiro, teremos que fazer a inclusão, colocando o sétimo, Educação Integral. A educação em tempo integral, até eu conversei com a Ana, acho que era você que estava junto, né Delma? Então foi a Ana, nós conversamos, a Ana da Divisão de Estrutura, Ana Paula, eu já estava com essa preocupação, e aí quando eu conversei com você eu acabei esquecendo também, se nós colocarmos Educação em Tempo Integral para uma Unidade, nós não estamos ofertando para todos, e essa é a preocupação, e aí vai dizer, ué, mas eu tô colocando a Escola em Tempo Integral e não tem vaga, né? Não tá sendo ofertado pra todos? Essa é a preocupação, a gente vai aguardar a orientação que vem do governo federal, a Educação em Tempo Integral, ela está sendo, a mina dos olhos hoje, do Ministério da Educação, todas as orientações, eles estão dando, o problema é que está sendo, por exemplo, a maioria dos municípios brasileiros tem sistema, e isso eu já coloquei para vocês, somente dois estados tem um número mínimo, que é o Paraná e Minas Gerais, o Paraná, nós só temos 23 municípios com sistema, então esses 23 conseguem fazer uma deliberação sobre Educação em Tempo Integral e os outros dependem do Conselho Estadual, assim acontece com Minas Gerais, tem 600 e poucos municípios, e eles têm também 40 e poucos, eu acredito, eu não lembro bem, mas é menos de 50 municípios com sistema, em Minas Gerais, o conselho estadual passou a competência para os conselhos municipais poderem fazer o documento, que vai ser homologado pelo seu secretário de educação, mesmo nos municípios sem sistema, porque o Ministério da Educação solicitou que fosse feito isso, por quê? Porque foi o número mínimo de Municípios que fizeram adesão à Educação em tempo integral e a justificativa deles é, nós não nos enquadrados na Deliberação do Conselho Estadual de Educação, porque ele é genérico então ele não vai pegar, por exemplo, as questões referentes às características de cada município, nós fizemos dentro das nossas características do nosso Município, por exemplo, lá no Pedro Fuss, 2 turmas, que lá no Narciso Mendes é duas também, mas nós temos em algumas outras unidades conforme a disponibilidade do espaço e é isso que tem que ser colocado, ele passou essa competência e os Conselhos Municipais vão poder fazer isso, aqui no Paraná não foi feito dessa forma, está o maior foi o forobodó, claro, o maior foi o forobodó, porque o Conselho Estadual, o Presidente do Conselho Estadual, ele fez uma orientação à Secretaria, pediu para a Secretaria de Estado fazer um documento, encaminhar um documento de quase 20 páginas para os Municípios e o Governo Federal deu até dezembro para esses Municípios apresentarem seus documentos, a deliberação, sua política de Educação Integral e o Conselho Estadual junto com a SEED, na verdade a SEED, ela entrou, a Secretaria de Estado, entrou e nem sabia, deu só até 1º de julho para que os conselheiros, então, pudessem analisar os documentos dos 376 Municípios do Estado do Paraná, e aí claro, que já tinha toda uma conversa, teve no evento que nós fomos, depois vou pedir para a Marilza e a Clície fazer a colocação, tinha os Presidentes de Conselho Estadual junto, nós fizemos reunião com eles, e todos eles, todos concordaram em dar competência aos Conselhos que não tem sistema, mas o Presidente do Conselho Estadual do Paraná, ele não compareceu, ele foi contrário, ele foi extremamente autoritário na reunião que eles tiveram lá em Brasília, eu não estava presente, e ele não quis dar essa competência, e aí agora está esse imbróglio, essa confusão dentro do Paraná, até porque no evento só falava da questão da privatização das escolas do Paraná, que era um horror, cada um que iria falar, falava disso, todo mundo falava disso, eu até brinquei, eu até falei assim, se a gente falar em calamidade, a gente lembra do Rio Grande do Sul, se a gente falar em loucura, é o Paraná, porque a gente vive assim, nessa questão de loucura.” A Conselheira Marilza diz: “É controverso, é controverso, o Conselheiro do Rio de Janeiro disse que lá também.” A Presidente Ana Lucia concorda e diz: “Na dele também, na avaliação dos resultados da alfabetização, o primeiro lugar ficou com o Ceará, sempre fica com o Ceará, o segundo lugar dessa vez, ele ficou com o Paraná, ele saiu lá do último para vir para o segundo, o terceiro foi Rio Grande do sul e o quarto foi em

Santa Catarina, então é região sul toda, fechou praticamente, mas eu sempre falo assim, ou a gente é o último ou a gente é o primeiro, a gente não tem esse meio termo.” A Conselheira Marillette diz: “A gente sabe, Ana, que os dados do Estado estão sendo todos burlados.” A Presidente Ana Lucia responde: “Sim, mas esse não, esse de alfabetização é dos Municípios, são as avaliações dos municípios, o estado só dá o suporte, mas o que ele fez? Ele levou o Secretário de Educação, era para eu ter ido junto, mas eu não consegui participar, eles foram até o Ceará, para Sobral, para ver a realidade, eles estão usando o mesmo modelo que o Ceará está fazendo, é isso que está acontecendo, por isso que a alfabetização está sendo feito todo um trabalho, nesse não está, e aí os 399 Municípios do Paraná fizeram a adesão da alfabetização do MEC também.” A Conselheira Maristela pergunta: “Isso é em cima da prova Paraná, esses dados?” A Presidente Ana Lucia responde: “Não, é o de influência... eu sei que é um de alfabetização, criança alfabetizada, são todos esses, o Paraná cresceu.” A Conselheira Rosiani diz: “Esclarecendo que o MEC deu o prazo até dezembro porque ele está dando formação para todo o país que vai terminar em novembro, é por isso que ele deu até dezembro para a substituição da política pública no SIMEC, então o Paraná falar em primeiro de julho, está totalmente na contramão.” A Presidente Ana Lucia concorda e diz: “Está totalmente na contramão, ele errou, inclusive até falei para o pessoal da Secretaria de Estado que é claro que daí, o que ele fez? Ele mandou para o Conselho Estadual de Educação, eu recebi a orientação, eu li o documento, eu disse um documento pesado para os Municípios, e daí a Presidenta da UNDIME já está contra, ela já fez escândalo, ela já fez tudo que ela podia, e aí, veio toda essa orientação, mas veja, não tem o nome do Conselho Estadual assinado junto, foi só para dizer depois que não, foi a Secretaria do Estado resolveu, não tenho nada haver com isso, está complicado, está bem complicado. Então, na Educação em Tempo Integral a gente não coloca, só Educação Integral, mais alguma coisa?” A Conselheira Rosiani coloca: “Eu tenho, desculpa não mandar por e-mail, mas tá bem conturbado, ali no inciso V, no artigo 3º mesmo, não entra do Ensino Fundamental?” A Presidente Ana Lucia responde: “Se tiver a Educação Infantil, ok, ela conta, se não tiver ela não conta. Mas alguma? Não? Podemos aprovar o documento?” Ninguém se manifestou. A Presidente Ana Lucia diz: “Eu acho que foi no artigo 10, nomes de pessoas vivas não poderiam ser utilizados para denominar estabelecimentos, este caso chegou, às meninas da Divisão de Estrutura que me colocaram, que a Escola Paulo Pimentel, ele é um governador que está vivo, e tem a lei que diz que não pode e daí ele ficou extremamente chateado, acho que a Delma pode falar aqui, é melhor a Delma falar.” A Conselheira Delma diz: “Nós fomos visitar a Unidade por outro motivo, e a Diretora veio perguntar para nós como é que seria esse processo com a gente, porque a comunidade ficou um pouco chateada porque a escola estava fazendo aniversário e procuraram o patrono da escola, para fazer uma homenagem e ele não recebeu muito bem, porque ele nem sabia que tinha uma escola no nome dele, como assim, eu ainda estou vivo, nem morri, e que ele não deu muita importância, o pessoal da escola ficaram chateados e elas queriam perguntar, porque havia o desejo de trocar o nome da escola justamente por causa disso e parece que há uma senhora que ajudou muito na formação da Escola, que inspirou, que faz parte da comunidade, que está ao redor e eles gostariam de homenagear a senhora, eles gostariam, eles manifestaram o desejo de trocar o nome da escola.” A Presidente Ana Lucia diz: “É, na verdade é assim, eu acredito que ele ficou chateado assim, poxa, estão me matando, eu ainda estou aqui, está com 95 anos né?” A Conselheira Marilza pergunta: “Vocês falaram com ele?” A Conselheira Delma responde: “A Escola entrou em contato.” A Conselheira Marilza diz: “Em 1995, quando a Escola foi inaugurada, ele participou da inauguração, ele estava lá, tem uma foto dele.” A Conselheira Delma diz: “Agora diz que ele não lembrava mais, que ele nem sabia disso.” A Conselheira Clície diz: “Na Lei diz que homenagem somente póstuma, não se pode ter homenagem a quem está

vivo.” A Conselheira Marilza diz: “Eu entendo a lei, mas eu vou falar, tudo que a gente fala aqui fica aqui, pelo amor de Deus, porque tem um interesse bem político em mudar o nome da Escola para o nome dessa pessoa, tá? Desculpa, mas eu tenho que falar.” A Presidente Ana Lucia pergunta novamente: “Alguns conselheiros contrário à Deliberação? Alguém se abstém?” Ninguém se manifesta. Dando sequência a próxima pauta a Presidente Ana Lucia coloca sobre o Fórum dos Presidentes de Conselhos da Educação e o II Seminário do FUNDEB em Aracaju, e pede para as Conselheiras Marilza e Clície se colocarem em relação ao evento que elas participaram, mas antes faz a colocação que sobre o próximo Encontro que será na cidade de Itapetinga, e não terá limite de participantes, e depois irá verificar quem é que tem interesse.” A Conselheira Clície coloca sobre o Encontro da UNCME, dizendo: “Então, lá no encontro da UNCME, tinham representantes de praticamente todo Brasil, de todos os estados, acho que um ou dois estados não compareceram, em linhas gerais, foram palestras muito boas, onde os profissionais trouxeram a realidade dos seus Conselhos, e a gente consegue perceber que no Brasil há uma diversidade de Conselhos, embora sejam Conselhos Municipais de Educação ou Conselhos Estaduais de Educação, eles têm uma diversidade muito grande de encaminhamentos, não encaminhamentos de documentos, mas de questão de legislação, de estatuto, de organização do Conselho, as dificuldades que os Conselhos Municipais passam são praticamente as mesmas, nas discussões, nos encaminhamentos, alguns a gente percebeu que o poder público não dá muita autonomia, outros tem um incentivo, sim, da Secretaria de Educação, ou da Prefeitura, que seja o caso, alguns estados também têm suas dificuldades, nós tivemos além das apresentações, algumas palestras, pessoas da UNCME nacional falaram sobre Educação em Tempo Integral ou Educação Integral, mas a palestra que mais me chamou a atenção foi a do Ministro do Supremo Tribunal Militar, ele é representante do Conselho Nacional de Educação, ele falou sobre educação de uma forma simples, por ser uma pessoa militar, a gente tem uma ideia mais rígida, mais metódica, e ele trouxe uma visão da educação muito diversa e muito moderna, contemporânea, ele trouxe Mohan, Bauman, falou da modernidade líquida, falou das questões Sociais da educação hoje como um todo, mas aí a gente pesquisando lá sobre a vida dele, acadêmica, ele fala muito da segurança alimentar na pré-escola, eu achei muito interessante o que ele trouxe, a visão, ele não parou de falar, se deixasse ele ir ia até meia noite, acho que ele tinha uns 200 slides, ele falou por 2 horas e 15 minutos e as pessoas pedindo para ele ficar aí, não, espera um pouquinho, tem mais esse, mais um, ele até colocava assim, fim, daí depois ele clicava, não é o fim, mas foi uma palestra muito boa, acho que se não fosse a questão do tempo, a gente ficaria ouvindo ele muito, muito, porque trouxe questionamentos para a educação bem importantes, até a gente comentou, né Marilza, que é interessante se ele pudesse vir para fazer uma palestra para os professores, porque ele trouxe inquietações da educação muito interessantes, não só de metodologias ou de avaliação, mas um olhar da educação para o sujeito, um olhar da educação mais humanizada, achei bem interessante também.” A Conselheira Carla pergunta: “Qual o nome dele?” A Conselheira Clície responde: “José Barroso Filho, ele tem uns dois metros de altura mais ou menos, e daí você olha aquele senhor assim, né? Acompanhado de policiais militares, segurança, você pensa assim, meu Deus! qual é a palestra que esse homem vai fazer?” A Presidente Ana Lucia comenta: “A gente tava preocupado, quem que ia ficar com ele lá no... Tinha que ter duas pessoas para recepcionar, para ficar junto com ele, porque se caso, algum conselheiro comesse a detonar alguma coisa, a gente tinha que segurar, pensei quero ver segurar esse povo.” A Conselheira Clície continua: “Finalizando, para deixar a Marilza falar, para mim, que foi o primeiro encontro que eu fui, foi uma experiência muito interessante de olhar nesse contexto de Conselho, e daí a gente vem do micro, que é o município, vai para o estado, vai para o nacional, quantas discussões importantes pela educação e quantos engajamentos e

lutas e conquistas, né? de quando um colegiado se junta para um meio comum que é pensar políticas na educação e uma coisa que eu trouxe para mim como experiência mesmo, foi quando um palestrante falou que quando a gente está dentro de um Conselho, a gente nunca vai receber um salário para estar aqui, mas se a gente está dentro de um Conselho, é porque nós ainda acreditamos e sonhamos por uma educação melhor, eu acho que é isso que move todo esse movimento dos Conselhos, seja Estadual, Municipal ou Nacional.” A Conselheira Marilza diz: “Eu acho que a ideia, a grande mensagem desse encontro foi isso, que ninguém desanime, que ninguém desanime de ser conselheiro, que ninguém desista, porque é uma tarefa árdua, mas é uma tarefa necessária, e que precisam de pessoas que enfrentem esse desafio de ser conselheiro para pensar em políticas públicas melhores do Município ao Governo Federal, a única palestra que me preocupou um pouquinho mais, foi a fala do pessoal da Receita Federal, do projeto que eles têm, que é a Cidadania fiscal, eles fizeram um convênio com o MEC, então talvez isso logo chegue para gente, que é uma ideia de que é legal pagar imposto, nós ficamos um pouco preocupadas, nós e todos que estávamos lá, mas são projetos que estão vindo e isso é o que mais preocupa.” A Conselheira Clície complementa dizendo: “Vai embutindo na criança a ideia de que se você contribui com impostos, você tem benefícios dentro da escola, a ideia que nos passou pode ser que pela apresentação rápida, a gente tenha entendido até não se aprofundar, mas nós estamos pensando assim, que desde criança eu vou aprender que eu tenho sim a obrigação de pagar imposto, que eu tenho um dever moral com a sociedade, porque isso vai reverter em benefícios para a minha escola, para políticas públicas, quando a gente pensa em toda carga tributária que a gente tem, a gente vai acabar... a carga tributária que o país tem, a gente acaba pensando assim, daqui 10 anos, quando for fazer uma reforma tributária, as pessoas vão dizer, não, espera aí, não façam não, porque daí a escola vai perder, a melhoria vai cair, nos preocupou nesse sentido, não sei se a gente está muito ideológica.” A Conselheira Marilza diz: “E a reiterada do pessoal que falou sobre a questão do Estado para o modelo de privatização, como a Ana mesmo disse, todos que subiram para falar fizeram uma moção de repúdio ao modelo ainda na tentativa, em Aracaju não tinha sol, o sol apareceu no sábado quando a gente estava vindo, só conseguimos caminhar na praia um dia, né Clície? Seis horas da manhã, o curso começava às nove, terminava às dezenove.” A Conselheira Clície comenta: “Chegou um dia que eu não aguento mais, falei para a Marilza, eu vou sair daqui quadrada.” A Conselheira Marilza diz: “O São João estava bem bonito, a gente conseguiu ver onde eles fazem a arena, eles fazem as apresentações de São João bem lindas, eu gostei bastante de ter visto esse pedaço de Aracaju que a gente vê só na TV.” A Conselheira Clície complementa: “É uma cultura muito forte, tudo que vocês possam imaginar dentro da cidade é fantasiado de Juninho, com balão, com bandeirinha, o povo trabalha com roupa xadrez, é igual o Natal, só que daí é festa Juninho.” A Presidente Ana Lucia diz: “A palestra do ministro, o que eu achei muito interessante também, até porque eu estava no palco junto com ele, a outra falava assim pra mim, vamos fazer ele encerrar de uma vez, mas não adiantava, a gente pegou e disse a ele, vamos encerrar, mas ele não encerrava, a gente falava para ele, mostrava, já acabou o tempo, não adiantava, ele colocou, foi uma coisa que deixou muito comigo, até porque segunda fez dez anos que o meu pai faleceu, e aí ele colocou o túmulo, ele colocou o túmulo lá e ele falou assim, eu já falei para minha esposa e para os meus filhos, aí ele colocou as letras, eu não estou aqui, ele quer que esteja escrito na lápide dele, eu não estou aqui, aquilo mexe com a gente porque se a gente pensar na questão espiritual, realmente não está ali, o que está ali é só os ossos, o que ficou da matéria na verdade, mas espiritualmente não está lá mesmo, se a pessoa for pensar, ela não está lá, mas eu não deixei de ir no cemitério.” A Conselheira Clície comenta: “O interessante é que quando ele colocava, fim, depois clicava, não é o fim, mas a mensagem dele é que nada está finalizado, tudo é um recomeço, então, ele falou assim, não

finalizou porque não acaba, nada acaba.” A Presidente Ana Lucia diz: “Realmente, ele colocou, e isso chama a atenção, ele chama as questões humanas mesmo. Quem vai nos eventos da UNCME, a gente não sai nunca antes das 19h, eles foram, eles sabem, porque acaba atrasando, o pessoal fala mais do que deveria, acaba colocando, o pessoal pede para ficar, porque até quando o ministro começou, tava todo mundo assim, Ai que saco! Daí ele começou a falar, aí parecia que estava chato mesmo, aí foi mudando, ele foi mudando, ele foi mudando. Ah, tô chamando a atenção de vocês, aí ele foi mudando, mudando, mudando, mudando, ele foi aplaudido de pé e o pessoal não queria que ele terminasse de falar.” A Conselheira Clície comenta: “Tinha um grupo atrás da gente que dizia assim, vocês ficam rindo dele e aplaudindo ele nunca mais vai sair daqui.” A Presidente Ana Lucia diz: “E ele demorou para sair, todo mundo foi embora e ele ficou atendendo umas pessoas que estavam lá. Então agora a gente tem esse próximo encontro, vamos dar um prazo para quem tiver interesse para dar os nomes aí, os conselheiros, para o nosso Encontro, ele fala sobre o Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação, uma prioridade urgente para os conselhos municipais da educação, e a questão de falar do plano é que tinha que ter sido apresentado o novo plano agora que está fechando, o novo Plano Nacional de Educação e ainda não foi apresentado, está fechado, está acabando esse, e aí os Municípios e o Estado deveriam construir o seu para 2015, ele também apresentar para a comunidade, mas isso não fechou, tem a deputada Dorinha, que é de Tocantins, ela apresentou um projeto para o Senado para prorrogar esse até cinco anos, foi votado no Senado e prorrogou-se por um ano e meio, que é o tempo de construção, uma das defesas dela é a relação com a pandemia, que mexeu, que os municípios não puderam se organizar, nem o Estado, ainda não está fechado, mas provavelmente tenha sido uma prorrogação, talvez de um ano e meio, de dois, porque de 2010, quando encerrou, de 2010, que era 2001 a 2010, então era para ter sido construído em 2011 e ele sai de 2014 não levou quatro anos, que saiu daí o novo plano, e aí disso sai o Plano Nacional, o Plano Estadual e o Plano Municipal de Educação, vamos ter as pessoas que falarão... Você está com a programação? nós temos a programação sendo colocada, a prévia, vão ter oficinas temáticas, vai falar sobre o plano, programas e planejamentos da educação, as oficinas temáticas, que ali, logo abaixo, vai ter outras oficinas durante esse período também, serão quatro dias, 20, 21, 22 e 23, terça a sexta, claro que vai ter o CACS FUNDEB também, no CACS FUNDEB foram feitos vários alertas importantes em relação aos Conselhos.” A Conselheira Marilza coloca: “O CACS FUNDEB foi bem importante, uma pessoa do FNDE que falou, uma técnica, trouxe várias informações importantes para a gente olhar para os nossos conselhos, para olhar para todos os conselhos cada um pegou a parte que lhe cabia, para fazer uma análise e pensar as questões da legislação, foi bem interessante, esclareceu bastante coisa.” A Presidente Ana Lucia continua: “E o CAE que a gente vai trazer também agora, a gente trouxe o FUNDEB e agora a gente vai trazer o CAE também, pela estrutura da UNCME, sem interferir na coordenação que tem o coordenador, que aliás ele está se alinhando conosco, é o Marcelo Polonato, no qual o evento, eu acho que vocês vão, em Florianópolis, organizado pelo Marcelo, então essas são as temáticas, e aí alguém já quer se inscrever?” A Conselheira Carol se coloca interessada, a Madalena, o Rodrigo, a Marillette, a Delma, a Clície, o Luiz. Dando sequência a pauta a Presidente Ana Lucia diz: “Dentro do último item, que é as correspondências recebidas, só temos uma que eu solicite, eu fiz uma solicitação sobre os servidores que estavam pedindo a desincompatibilização para poder concorrer, na verdade, a intenção, depois eu acabei falando com o Fábio e ele disse, Ana, tem até julho ainda, mas a nossa intenção é de verificar quem está nos colegiados que eles precisam pedir essa descompatibilização, tanto no fórum quanto nos conselhos, que é aqueles que vão concorrer e não é só no pleito de vereador ou prefeito, tem também o do sindicato que a gente vai ter esse ano, esse também vai ter que pedir o afastamento, porque eles também não ficam,

não podem ficar, mas esse era o único, Carol, para colocar para o gabinete, que a intenção era só de orientação, na verdade porque a gente vinha olhando o Diário Oficial e ele sempre publica atrasado e a gente quer falar dentro do prazo para as pessoas, é só para orientar e verificar, mas também as pessoas devem ter, a gente espera que tenham essas orientações, falamos sobre isso lá também no evento, inclusive porque tem Presidentes do CACS FUNDEB que estão pedindo essa desincompatibilização e ele poderia até retornar, pelos demais conselhos ou da onde a pessoa estiver, ela pode retornar depois que passar o período dia 5 de outubro, ela pode retornar para sua função, mas no FUNDEB não, e aí está vindo do Governo Federal, eu tive que fazer, eu fiz a pergunta, eu já tinha feito, daí o FUNDEB entrou em contato, nós não conseguimos responder, a gente vai encaminhar para o jurídico, só que você faz essa pergunta como Presidente Nacional para que a gente possa enviar todos os municípios, o Presidente do CACS FUNDEB, ele tem o seu CPF, ele tem uma senha, a partir do momento que ele pede a descompatibilização, o vice assume e aí é uma nova senha e o outro não pode retornar porque ele praticamente se desligou, mas eles querem fazer isso oficialmente para poder responder e ter essa condição e a preocupação foi justamente porque eu tive que assumir a do Estado porque a presidente saiu para concorrer, ela vai concorrer à vereadora, eu estava como vice e eu tive que assumir como interina, foi um dos questionamentos que eu só aceitei ser vice porque ela disse que não iria sair, que ela ia até o final e daí quando ela colocou que ela ia precisar... eu disse você me prometeu, quem mandou você acreditar em político? Até isso a gente perguntou se é possível fazer uma nova eleição para verificar esse período, se não mudar, se faz a nova eleição para a presidência do CACS FUNDEB, eu acho que era só isso, não temos mais nada, as deliberações, e sempre lembrar que as deliberações, quando aprovadas, depois que passam pelo Secretário, são homologadas, a gente publica em Diário Oficial, então, tudo sempre em Diário Oficial, e as nossas convocações, a gente também coloca em Diário Oficial, quando alguém perguntar, diz, olha, pode procurar, está lá no Diário Oficial, a gente deixa público para as pessoas, as reuniões no pleno são públicas, mas as extraordinárias são fechadas, dependendo do assunto, então essa temática que vai ter a próxima reunião é fechada.” A Conselheira Marillette pergunta: “Os Estudos das câmaras em relação ao ETI a gente vai poder participar se a gente quiser?” A Presidente Ana Lucia responde: “Sim, a gente coloca e vocês podem participar, sim, sendo conselheiro não há problema, nesse a gente vai convidar a Sirlei para participar junto, porque ela estava junto com você, os convidados podem, nesse momento, inclusive vou solicitar que a Cristiane do gabinete também participe, para ela ouvir, estar ali atenta nessas questões, ok? Então, gente, agora nós vamos ao nosso lanche, muito obrigada para quem conseguiu trazer alguma coisa, essa é a penúltima reunião, a próxima é 3 de julho e a gente já conseguiu aqui também, esse local é bom para nós e para todos nós. Ok? 3 de julho está lá no calendário, é uma quarta-feira, acho que era isso.” Nada mas havendo para tratar, a reunião é encerrada.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.